

PARTE I

REFORMAS TRABALHISTAS EM
CURSO NA AMÉRICA LATINA

AS REFORMAS TRABALHISTAS NO BRASIL E NA ARGENTINA

ataque ao sistema público de regulação do trabalho e resistência dos atores sociais

Magda Barros Biavaschi

Marilane Teixeira

INTRODUÇÃO

Este capítulo discute aspectos da “Reforma Trabalhista” brasileira, Lei 13.467/17, em diálogo comparado com a proposta de reforma encaminhada ao Parlamento pelo governo da Argentina e, buscando demonstrar seus significados e impactos na regulação e nas instituições públicas do mundo do trabalho, aborda os caminhos de resistência de certos atores sociais.

Escrito em momento de aprofundamento das desigualdades no mundo,¹ o texto está fundamentado em pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto temático “Contradições do trabalho no Brasil atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação”² e em estudos realizados no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da UNICAMP (CESIT), apresentados ao Ministério Público do Trabalho do Brasil, MPT, sobre os impactos da Reforma Trabalhista.³ O processo de desconstrução da tela pública de proteção ao trabalho é compreendido, no texto, como uma das expressões do capitalismo contemporâneo, globalizado e hegemônico pelos interesses das finanças, em que as cadeias de valor e as redes mundiais de produção redefinem as relações de trabalho,

1 Segundo Thomas Piketty (2014), enquanto em 1973 a população 1% mais rica detinha 10% da renda, em 2013 passou a deter 20%. Sobre o aprofundamento das desigualdades, consulte também Oxfam 210. Informe, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos>>; <<http://bit.ly/sfld>>.

2 Este projeto contou com o apoio financeiro da FAPESP – processo 12/20408-1.

3 Krein, Gimenez e Santos (2018, p. 209-242).

fragmentando a organização da classe trabalhadora e impactando a regulação do trabalho e as instituições republicanas.

Esse processo indica forte articulação entre as reformas alinhadas ao projeto político global de flexibilização das relações de trabalho marcado pela predominância dos interesses das finanças em escala global. Apesar dos efeitos deletérios desse projeto e, especificamente, das reformas trabalhistas análogas efetivadas em outros países, segundo pesquisas que fundamentam este texto, as doutrinas liberalizantes continuaram a avançar no mundo e na maior parte dos países da América Latina, com ataques aos direitos sociais e às instituições de regulação pública do trabalho.

Ressalvadas as especificidades de cada país, percebe-se que, em linhas gerais, os argumentos pró-reforma estão centrados em temas como: retirada da “rigidez” da legislação trabalhista e sua “modernização” para mais bem adequá-la ao estágio atual do capitalismo; retirada dos obstáculos ao “livre”-encontro das vontades individuais para que, fortalecidas as negociações diretas entre patrões e empregados, sejam ampliados o emprego e a produtividade; busca de maior “segurança jurídica”, com medidas dirigidas à Justiça do Trabalho sob o argumento de que a excessiva judicialização dos conflitos gera insegurança e contribui para afastar investimentos externos.⁴ No caso das reformas efetivadas em países europeus, em que há direito ao emprego, a retirada dos freios à despedida⁵ aparece de forma reiterada. Em síntese, as reformas estudadas,⁶ incluídas aquelas de países não objeto deste texto, como é o caso de México, Chile, Espanha, Itália e Reino Unido, guardadas suas especificidades e seus sistemas jurídicos próprios, têm significado profundo ataque ao sistema de proteção social.⁷

No Brasil, em cenário de profunda crise econômica, em que são alarmantes os dados de desemprego e da informalidade, as tensões sociais intensificam-se à ação, *grosso modo*, de dois movimentos contrapostos. De um lado, os que defendem que o crescimento econômico e a retomada dos investimentos são inviáveis nos marcos da Constituição de 1988, sendo necessário aprofundar os programas de ajuste fiscal. Esses atores propugnam pela fixação, por exemplo, de teto para o gasto público⁸ e, quanto à alocação da força de trabalho, pela aprovação de propostas que, entre outras, invertam as fontes do Direito do Trabalho para atribuir a prevalência do negociado sobre o legislado, legitimem formas “atípicas” de contratação e retirem os freios à terceirização, permitindo-a em todas as atividades. Nesse campo estão economistas e estudiosos de corte liberal que apostam nessas reformas como via de

4 Id. *ibid.*, p. 210.

5 Id. *ibid.*, p. 210.

6 Id. *ibid.*

7 O sistema de proteção social inclui a regulação e as instituições públicas que atuam no mundo do trabalho.

8 Trata-se da PEC 55/2016, promulgada em 15 de dezembro de 2015 pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu no Brasil novo regime fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por vinte exercícios financeiros.

incremento da produtividade, melhoria nos padrões de competitividade e geração de postos de trabalho. De outro lado, encontram-se estudiosos de distintas áreas do conhecimento que concluem não haver evidência teórica ou empírica de que tais mudanças legais contribuam para aumentar a produtividade e a competitividade, ao mesmo tempo em que favorecem o aprofundamento das iniquidades e precarizam ainda mais as relações de trabalho no país,⁹ corrente à qual este texto se filia.

Partindo dessa compreensão, este capítulo discute os sentidos da “reforma trabalhista” brasileira vigente a partir de novembro de 2017 e seus impactos no sistema de regulação – que inclui as instituições do trabalho – com foco na Justiça do Trabalho e nas negociações coletivas, em diálogo comparado com a reforma da Argentina, e as estratégias de resistência de certos atores sociais diante de forte ofensiva contra direitos duramente conquistados. Na Argentina, a reforma foi encaminhada ao Parlamento pelo Presidente Macri com registro de que a aprovação da brasileira era estímulo à proposição. No entanto, diante das expressivas manifestações de repúdio dos movimentos sociais e sindicais, sua tramitação acabou sendo suspensa.¹⁰ No Brasil, ainda que tenha havido mobilizações coordenadas pelas centrais sindicais, estas não foram suficientes para impedir seu andamento e aprovação em julho de 2017: a Lei 13.467/17.

Sob o disfarce do discurso de modernização das relações de trabalho e aperfeiçoamento de regras, essa lei, tal como aprovada, altera substancialmente o sistema jurídico brasileiro que regula as relações entre capital e trabalho sistematizado pela Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, de 1943, e incorporado à Constituição Federal de 1988 na condição de direitos sociais fundamentais. E o faz, por um lado, atribuindo à livre-negociação a condição de lócus privilegiado da produção das normas que regem aspectos fundamentais da relação que se estabelece entre empregado e empregador, avançando na “legitimação” de contratos de emprego simulados sob o rótulo de trabalho autônomo e na “legalização” de formas atípicas de contratação da força de trabalho, como é o caso do contrato intermitente e da liberação da terceirização para todas as atividades, seja no âmbito público ou privado. Por outro lado, o faz fragilizando o papel institucional da Justiça do Trabalho e dificultando seu acesso ao atribuir ônus pecuniários ao reclamante, como é o caso dos honorários periciais e sucumbenciais que ferem o princípio da gratuidade. E, ainda, atingindo substancialmente as organizações sindicais, quer pela redução de suas atribuições, quer pela supressão abrupta das fontes de custeio, cuja constitucionalidade acabou de ser reconhecida pela maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, STF, no julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade, ADI 5.794, e da Ação Direta de Constitucionalidade, ADC 55, apensada à primeira,

9 Biavaschi, Santos e Droppa (2014).

10 Como se verá no item 3 deste capítulo, conquanto suspensa a tramitação da reforma argentina em face da resistência organizada ao seu conteúdo, o Presidente Macri, visando a facilitar sua aprovação, optou por desmembrá-la em três projetos de lei, recentemente enviados ao Parlamento e ainda em tramitação.

sob o fundamento de que a redução da influência do Estado e a facultatividade do recolhimento da contribuição proporcionarão maior liberdade sindical, fortalecendo as organizações sindicais.

A reforma brasileira, objeto deste texto, busca fragilizar as instâncias públicas de regulação da compra e da venda da força de trabalho, com potencial altamente mercantilizador. Não à toa, a Justiça do Trabalho, o sistema de fiscalização e as organizações sindicais são fortemente impactados. São instituições que, ainda que com dificuldades e contradições, têm contribuído para colocar freios à ação destrutiva de um capitalismo que, hegemônico pelos interesses das finanças e movido por um desejo insaciável de acumulação de riqueza abstrata, busca eliminar todos os obstáculos a esse “livre”-trânsito.¹¹

Importante sublinhar que essa reforma, introduzida por lei infraconstitucional, abre possibilidade à substituição dos empregados diretamente contratados por empresas prestadoras de serviços para a realização de quaisquer atividades, pulverizando a representação sindical por local de trabalho. No entanto, sabe-se que o processo de construção dos direitos não se esgota com a aprovação das normas legais. Estas devem ser interpretadas em consonância com os princípios constitucionais e convencionais que regem a matéria.¹² A interpretação que será dada aos artigos da lei está em disputa, sendo importante considerar que a fonte material das normas jurídicas se constitui no campo das lutas sociais.

Considerando-se essa compreensão e olhando para o novo cenário normativo pós-reforma, este capítulo aborda as estratégias de certos atores sociais para refrear sua implementação, buscando discutir o potencial de reversão dessas ações. Para tanto, dialoga com a experiência recente da Argentina, cujos expressivos movimentos sociais e sindicais suspenderam o andamento de reforma análoga à brasileira, indagando sobre os caminhos de resistência a serem construídos no Brasil, partindo do pressuposto de que o direito é uma relação e as instituições públicas são condensações materiais de forças; ou seja, as lutas e as tensões que se dão em uma sociedade em determinado momento histórico se expressam nas instituições públicas.¹³

Discutir esse processo é de grande atualidade e interesse. Buscando trazer elementos que contribuam para o debate sobre a relevância de um sistema público de proteção para a construção de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva, o texto aborda o contexto das reformas liberalizantes nos dois países da América Latina, Brasil e Argentina, e segue percorrendo sobre o significado das reformas; no caso do Brasil, aborda alguns dos aspectos que evidenciam a tentativa de fragilizar a regulação pública, o papel das instituições do mundo do trabalho, com foco na Justiça do Trabalho e as organizações sindicais. Depois, traz considerações sobre os

11 Belluzzo (2013). Veja também os relatórios aprovados pela FAPESP em Biavaschi e Baltar ([2009] [2010] 2018).

12 Grau (2002).

13 Poulantzas (1990).

impactos da reforma nas negociações coletivas e as estratégias de certos atores sociais na busca da construção de caminhos de resistência, chegando às considerações finais.

O CONTEXTO DAS REFORMAS LIBERALIZANTES NOS DOIS PAÍSES

Assim que entrou em vigência a “reforma trabalhista” no Brasil, Lei 13.467/17, aprovada pelo senado em 11 de julho de 2017 para vigor em novembro de 2017, o Presidente Macri encaminhou ao Congresso Nacional da Argentina, em 17 de novembro daquele ano, o projeto intitulado “Anteprojeto de reforma laboral”, em vários aspectos assemelhado à lei aprovada no Brasil, referenciada por ele, inclusive, como exemplo e utilizando os mesmos argumentos.

Quanto ao contexto em que foram criadas as condições para a aprovação dessa reforma no Brasil, é importante destacar que no dia 23 de dezembro de 2016 o governo Temer apresentou ao Parlamento proposta expressa no PL 6.787/2016, centrada, sobretudo, na ideia da supremacia do negociado sobre o legislado. Ou seja, o encontro das vontades coletivas passaria, de forma prevalente, a produzir as normas para reger as relações entre capital e trabalho, invertendo-se o sistema das fontes do direito do trabalho ao colocar em segundo plano aquele patamar mínimo civilizatório representado pela lei, cuja universalidade é característica essencial. O argumento então adotado, em síntese, foi o de que a reforma seria imprescindível para “modernizar” a legislação trabalhista brasileira, retirando-lhe a “rigidez” impeditiva da geração de empregos e de retomada da atividade produtiva.

Assinala-se que essa ênfase à “modernização” e à retirada da “rigidez” legislativa aparecia, com algumas variações, nos documentos da Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁴ e da Confederação Nacional do Agronegócio (CNA). Em 2015, no programa *Uma ponte para o futuro*, o PMDB (hoje MDB), partido do então vice-presidente Temer, também apontava para a alteração das fontes do direito do trabalho, com supremacia do negociado sobre o legislado, e para rigoroso programa de ajuste fiscal como condicionante à geração de emprego, à retomada do crescimento e à superação da grave crise econômica.

Em 3 de fevereiro de 2017, ato da presidência da Câmara dos Deputados criou Comissão Especial para proferir parecer ao referido PL 6.787/16. Após audiências públicas realizadas, o relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), em 12 de abril de 2017 apresentou seu parecer. Ao fazê-lo, trouxe versão totalmente nova ao texto original. Para além do negociado sobre o legislado, estruturou a proposta na ideia do “livre-encontro” das vontades individuais, dando ênfase ao tema da segurança jurídica e responsabilizando a Justiça do Trabalho pela geração de insegurança

14 “101 propostas para modernização trabalhista”, CNI, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>>.

aos investidores. O texto do substitutivo, aprovado pela Câmara dos Deputados, foi encaminhado ao Senado da República, onde teve tramitação muito rápida e, com precária discussão com a sociedade, foi integralmente aprovado, sendo encaminhado para sanção presidencial.

A lei da reforma trabalhista introduziu mudança radical ao sistema de regulação do trabalho no Brasil, atingindo o sistema público de regulação, a fiscalização, a Justiça do Trabalho e a organização sindical. Dessa forma, violou não só os princípios do Direito do Trabalho que fundamentam a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, incorporados pela Constituição de 1988, que elevou os direitos dos trabalhadores à condição de direitos sociais fundamentais, mas também à ideia de um Estado indutor do crescimento econômico e promotor de políticas sociais inclusivas.¹⁵

Desde o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o governo brasileiro passou a adotar medidas de aprofundamento da austeridade fiscal. A Emenda nº 95, aprovada no Senado em 15 de dezembro de 2016, introduziu congelamento do gasto público por vinte anos, incluindo despesas com saúde e educação. Algo “internacionalmente inédito” e antagônico à Constituição Federal de 1988.¹⁶ Essa aprovação se deu sem qualquer proposta ou promessa de mudança no regressivo sistema tributário que “penaliza os pobres e beneficia os ricos”,¹⁷ sem tocar nas desonerações, na não tributação dos dividendos, nas sonegações, nas remessas de dinheiro para paraísos fiscais e sem debater, à época, os elevados juros nominais que, então, correspondiam a mais “de 8% do PIB, ou seja, mais ou menos o valor gasto com o sistema de seguridade social”.¹⁸ Ademais, deu andamento à Reforma da Previdência, até hoje não aprovada diante da forte resistência da sociedade e de suas organizações. Em março de 2017, fez aprovar projeto de lei esquecido nos escaninhos da Câmara, que, tratando do trabalho temporário, dava margem à adoção da terceirização irrestrita. Nesse cenário, em 23 de dezembro de 2016 encaminhou a “reforma trabalhista”, objeto do presente capítulo.

Na Argentina, o Presidente Macri foi eleito em 2015 com plataforma ultra-liberal. Seus primeiros anos de governo foram marcados por retrocesso econômico e social, inflação elevada, dívida externa crescente, aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Segundo dados do INDEC,¹⁹ no segundo semestre de 2017 o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza era de 25,7%. Como resultado das políticas de ajuste, houve forte contração da atividade econômica, elevação do desemprego para próximo de dois dígitos (9,1% em 2018) e inflação anual de 26,0% (dados do IPC de maio de 2018), tal como acontecera no Brasil, cujas polí-

15 Rossi e Mello ([2017] 2018).

16 Id. *ibid.*

17 Id. *ibid.*

18 Id. *ibid.*

19 Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina.

ticas de austeridade adotadas em 2016 elevaram a taxa de desemprego de 4,8% em 2014 para mais de 13,1% no primeiro trimestre de 2018, segundo dados do IBGE.

A partir de 2016, acentuou-se o déficit na balança comercial, promovendo profunda crise cambial e financeira. Por outro lado, o preço das tarifas públicas básicas disparou na Argentina, afetando os mais pobres e os que vivem de salários, em cenário de forte aumento da inflação e da pobreza. O déficit na balança comercial provocado pela política de abertura comercial e o crescimento das importações foi contrabalanceado com a atração de capital especulativo em face dos juros extremamente atrativos, superiores a 27%²⁰ ao ano. Nesse cenário, foi intensificado o endividamento externo e promovida a renegociação da dívida externa com o FMI. Em oposição a essa política e às reformas laborais, as três centrais sindicais argentinas convocaram greve geral para o dia 25 de junho de 2018, que, com amplo apoio da sociedade, paralisou bancos, postos de gasolina, escolas e universidades, atendimentos não urgentes em hospitais, portos, serviços de limpeza urbana e de transportes, incluindo o setor aéreo.²¹ Trata-se da terceira greve geral desde a posse do Presidente Macri.

No Brasil, a política de ajuste fiscal, em combinação com os impactos nos investimentos paralisados em toda a cadeia produtiva do petróleo e na construção civil, desencadeou redução brutal no nível de atividade econômica. As famílias de baixa classe média e da classe trabalhadora são as mais atingidas, concentrando-se nesse extrato os maiores índices de desocupação: 86% do desemprego. Trata-se de uma crise que afeta mais fortemente a população mais pobre, negra e vulnerável: mais de 68% dos desempregados são negros e mais de 54% são mulheres. É nesse universo que nos dois países objeto deste capítulo reformas de corte neoliberal estão sendo propostas.

Quando se observa o debate público brasileiro, vê-se que, já em momento anterior ao impeachment, a austeridade fiscal era enfatizada como necessária pelas elites econômicas e financeiras do país, definida como política de ajuste fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado, sob o argumento de que, diante do contexto de crise econômica e de aumento da dívida pública, a austeridade é a saída necessária, constituindo a base da defesa das reformas estruturais apresentadas. Ou, no dizer de Belluzzo, difundia-se “a ideia de que a *liberação* das forças que impulsionam a acumulação de capital é um movimento ‘natural’ e ‘irreversível’ em direção ao progresso e à realização da autonomia do indivíduo”.²² É com essa visão que tem sido conduzida a política econômica desde 2016.

20 *El País*, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/internacional/1508440676_071292.html>. Acesso em: 25 jun. 2018.

21 A convocação foi, portanto, exitosa. Veja em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/29/Os-3-momentos-de-grevo-geral-contra-o-governo-Macri-na-Argentina>>.

22 Belluzzo (2013, p. 33).

Ressalta-se que nos países analisados, não apenas no Brasil, as pressões pela flexibilização da tela pública de proteção ao trabalho se intensificaram nos últimos anos como forma de as empresas se adaptarem, por um lado, a um contexto de menor retorno sobre os investimentos realizados e, por outro lado, porque os rendimentos do trabalho vinham superando os ganhos do capital, com a melhoria da distribuição de renda. Somam-se a isso as mudanças de caráter estrutural e a reestruturação nos processos organizacionais, por meio da racionalização do uso do tempo. É que, diante de demanda cada vez mais instável e irregular, o capital busca dispor da força de trabalho em tempo integral, ajustando aos seus interesses as formas de contratação, despedidas, jornadas, férias. Assim, vão sendo eliminados os tempos mortos e os direitos assegurados pela legislação social do trabalho, compreendidos como um entrave ao capital.

Nesse cenário, os temas do custo do trabalho e da insegurança jurídica têm sido vastamente invocados pelos defensores da reforma objeto deste capítulo. Sustentando que o descompasso entre crescimento da produtividade e dos salários é incompatível com o padrão de retomada da atividade econômica e do emprego, atribui-se o aumento do desemprego à ausência de mecanismos regulatórios que possibilitem maior flexibilidade na contratação, remuneração e no uso da força de trabalho, que limitem a ação da Justiça do Trabalho e do sistema de fiscalização e, inclusive, o papel dos sindicatos. O excesso de rigidez do mercado de trabalho, segundo essa versão, impediria a retomada dos empregos em ambiente de maior flexibilidade e, por consequência, a atividade econômica. O desemprego é utilizado como instrumento de regulação do preço da força de trabalho no mercado, embora os empresários brasileiros nunca tenham encontrado dificuldade em despedir trabalhadores por ausência de mecanismos efetivos que vedem a despedida imotivada.

Tanto na reforma brasileira quanto na argentina, resguardadas as especificidades de cada um dos países e de seus sistemas, um dos aspectos centrais é a ampliação do uso da terceirização para todas as atividades, sem limites. Trata-se de forma de contratar com potencial altamente precarizador das relações de trabalho, permitindo rebaixamento dos salários, das condições de trabalho e da segurança do trabalhador, ampliando a liberdade de o empregador determinar as condições de contratação e remuneração do trabalho, além de promover forte segmentação na representação sindical. No Brasil, diante da ausência de lei específica para regulamentar a terceirização, a Justiça do Trabalho, acionada por trabalhadores que buscavam a reparação de lesões trabalhistas e em meio a fortes pressões, sobretudo dos setores econômicos inconformados com o entendimento majoritário expresso no Enunciado 256 do Superior Tribunal do Trabalho (TST), que, na prática, coibia a terceirização,²³ em dezembro de 1993 cancelou esse enunciado, substituindo-o pela

23 Os Enunciados de Súmulas do TST consagram entendimentos jurisprudenciais prevalentes no âmbito da Justiça do Trabalho a respeito de certo tema. Pelo Enunciado 256, de 1986, o TST, em síntese, consagrou o entendimento de que empregador é aquele que faz uso da força de trabalho da qual necessita, ressaltando as modalidades de triangularização permitidas pela legis-

Súmula 331. Assim, passou a entender como legítimo o uso da terceirização apenas nas atividades-meio, ou seja, naquelas não essenciais à tomadora, proibindo-a, porém, nas atividades-fim, ou essenciais à contratante principal, e definindo, para as terceirizações “lícitas”, como subsidiária sua responsabilidade, estendida em 2.000 aos entes públicos que terceirizam. A reforma objeto deste capítulo amplia essa forma de contratar a força de trabalho para todas as atividades.

Já na Argentina, a lei não coloca limites a essa forma de contratar, definindo apenas a responsabilidade da tomadora e subcontratada como solidária. O que a reforma propõe é eliminar essa responsabilidade para um conjunto de atividades, reduzindo o campo da proteção legal à solidariedade e, ademais, introduzindo como legais e estimulando o uso de duas modalidades de contratação hoje consideradas fraudulentas: a contratação de trabalhadores autônomos ainda que economicamente dependentes (similar à figura do autônomo exclusivo que a reforma brasileira legitima) e a de trabalhadores independentes, contratados como “colaboradores”, forma que seria adotada em substituição às contratações sem registro, sem envolver o reconhecimento do vínculo de emprego.²⁴

Essas reformas foram acompanhadas de promessas de aumento dos postos de trabalho, da produtividade e da segurança, atribuída à excessiva insegurança jurídica que afastaria os investimentos ao excesso de judicialização dos conflitos trabalhistas. Entretanto, olhando-se para o Brasil, passados mais de seis meses da entrada em vigor da reforma, o que se vê é a manutenção de elevado desemprego e o aprofundamento da precariedade em face das novas formas de contratação que a reforma legitima, a exemplo do contrato intermitente e parcial. Inclusive, os dados de judicialização dos conflitos trabalhistas que caíram vertiginosamente logo após a vigência da lei da reforma já começam, segundo dados do TST, a crescer novamente, embora não haja ainda um tempo suficiente para se apontar para tendência nesse sentido.

Os estudos sobre o tema, abordados no trabalho do CESIT que fundamenta este texto, e as experiências internacionais analisadas,²⁵ amplamente divulgadas, reforçam os argumentos de que países que se utilizaram de mecanismos de desregulamentação do trabalho não ampliaram seus níveis de emprego e nem mesmo melhoraram seu desempenho econômico.²⁶ Do ponto de vista macroeconômico, as estratégias de flexibilização acentuam de forma mais rápida a destruição de postos

lação então vigente, como é o caso do trabalho temporário e o serviço de vigilância. A respeito desse tema, consulte Biavaschi e Droppa (2011).

24 Tomada (2017).

25 Sobre o tema, veja Piasna e Myant (2017), Romero e Acevedo (2017) e Salas (2013).

26 Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_443480.pdf>.

de trabalho em períodos de crise, de tal sorte que a retomada da atividade econômica num segundo momento não será suficiente para repor esses empregos.²⁷

O comportamento do mercado de trabalho influencia diretamente a demanda agregada e, como consequência, a pobreza, a desigualdade e a distribuição de renda. À medida que se reduzem os empregos formais, ampliam-se as inseguranças e a precariedade, com forte impacto sobre a renda do trabalho e sobre o mercado de consumo, que se estreita em face da redução da demanda. Esse conjunto de elementos alimenta um processo de reconcentração de renda nas mãos do capital, comprometendo o próprio desenvolvimento. De fato, o impacto na queda de consumo também atinge as empresas, podendo implicar que setores inteiros, por ausência de mercado de consumo, deixem de produzir internamente e migrem para outros mercados mais rentáveis. E não havendo mercado para os seus produtos, não haverá novos investimentos. Paradoxalmente, se para impulsionar o mercado competitivo é necessário reduzir direitos e salários, caso todas as empresas sigam este caminho, conforme Lipietz,²⁸ o principal efeito desse processo será a perda de mercado interno para a recessão e a redução do poder de compra da maioria da população.

Analisando-se essas circunstâncias sob outra perspectiva, percebe-se que a precariedade do emprego se acentua com maiores níveis de pobreza, consistindo em fator de desmotivação dos próprios trabalhadores, empurrados de um emprego para outro sem criarem vínculos com nenhuma forma de trabalho; além disso, os contratos intermitentes mascaram vínculos precários que podem chegar a 4, 8 ou 16 horas semanais e salários proporcionais.

Ainda, diferentemente do discurso modernizador adotado pelos defensores da reforma, não há evidências empíricas de que as negociações coletivas saiam fortalecidas com aprovação do “negociado sobre o legislado”. No Brasil, o sistema de regulação das relações de trabalho que a reforma procurou alterar sempre foi misto ou híbrido, priorizando a negociação coletiva desde que garantido o patamar mínimo de direitos expressos na CLT e na Constituição de 1988. Os acordos e as convenções coletivas de trabalho têm como objetivo, historicamente, elevar esse patamar civilizatório mínimo expresso na lei, cuja característica é a universalidade, ampliando a proteção social, o que, como decorrência, fortalece o próprio instituto da negociação coletiva e a representação sindical. Por outro lado, a possibilidade de renúncia a direitos pela via da flexibilização que a supremacia do negociado sobre o legislado, tal como introduzida pela reforma, pode significar mais fragmenta a organização dos trabalhadores e a própria luta sindical, ao contrário do que afirmam os defensores da ideia. No limite, poderá haver acordos por empresa, com efeitos nefastos às relações de trabalho como um todo, em um contexto em que as práticas

27 Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-10422010000200003>. Vide o exemplo do Chile, em que o período da redemocratização não tem sido suficiente para devolver o país aos patamares anteriores à retirada de direitos pelo período Pinochet.

28 Lipietz (1994).

antissindicais e o desrespeito à organização sindical são realidade. Abordar esses elementos da reforma e as estratégias de resistência construída pelos atores sindicais é um dos objetivos deste texto.

ALGUNS ASPECTOS DAS REFORMAS DO BRASIL E DA ARGENTINA

A essência da reforma trabalhista brasileira está em alterar o sistema das fontes do direito do trabalho para, afastando a regulação pública contraposta ao princípio da autonomia da vontade das partes, dar prevalência ao “livre”-encontro das vontades individuais dos empregados e dos empregadores para, em um espaço sem obstáculos ao “livre-trânsito” dessas vontades, se produzirem as normas que regerão as relações entre compradores e vendedores da força de trabalho. Com isso, é desmontada a tela pública que fundamenta o sistema de relações de trabalho.²⁹

Para além das formas de contratação já previstas em lei, é proposta a reedição do contrato em tempo parcial, podendo variar entre 26 e 30 horas semanais; o contrato intermitente, com alternância de períodos de prestação de serviços; o contrato de autônomo com exclusividade; o teletrabalho sem controle de jornada. Além disso, a jornada poderá alcançar 12 horas diárias; com o banco de horas, a compensação de jornada poderá ser firmada individualmente; o horário de almoço poderá ser reduzido para 30 minutos; os feriados poderão ser alterados para evitar as pontes; as férias poderão ser parceladas em três períodos; os acordos salariais poderão ser individuais por meio da livre-negociação; os salários poderão ser calculados por produtividade individual; planos de carreira e acesso à promoção também poderão ser individualizados, aprofundando a já heterogeneidade do mercado de trabalho. Desde que autorizado, mulher gestante e lactante poderá trabalhar em ambiente insalubre, assim como a jornada para aqueles que trabalham em ambientes insalubres poderá ser ampliada sem prévia licença das autoridades. A rescisão do contrato de emprego, desde que ajustada entre empregado e empregador, poderá representar pagamento de metade das verbas rescisórias e redução do acesso ao FGTS, sublinhando-se que a reforma introduz a quitação anual das obrigações trabalhistas, ficando os trabalhadores expostos a pressões e coações em caso de recusa.

Trata-se de um conjunto de medidas que, por um lado, alteram profundamente as relações de trabalho; retiram ou reduzem os direitos; intensificam a jornada e o ritmo do trabalho; expõem os trabalhadores a condições de insegurança, com forte impacto à saúde e à segurança no trabalho; individualizam as relações entre os compradores e vendedores da força de trabalho ao retirar a prevalência das normas públicas de proteção, ampliando o controle do capital sobre o trabalho em aspectos fundamentais das relações de emprego, como é o caso da jornada e

29 Biavaschi (2017, p. 183-184).

da remuneração. Por outro lado, elas atingem a Justiça do Trabalho na sua função primeira de assegurar a eficácia da tela pública de proteção; afetam o sistema de fiscalização; e fragilizam a ação coletiva dos trabalhadores, quer pela redução de seu papel, quer por meio do fim do imposto sindical. Este, segundo a lei, só poderá ser descontado daquele trabalhador que o autorizar por escrito. Essa alteração da sustentação financeira das entidades sindicais, recentemente declarada constitucional pelo STF, não tem como objetivo fortalecer a representação dos trabalhadores, como argumentaram alguns dos Ministros do STF ao julgarem a ação, mas, sim, desestruturá-la para que não se constitua em força política capaz de reagir à retirada de direitos, enfraquecendo a ação sindical na luta contra a flexibilização de direitos e contra o desmonte social.

Essas medidas comprometem o acesso à previdência pública, como demonstra pesquisa realizada pelo CESIT/UNICAMP ao simular os impactos do aumento da “pejotização”,³⁰ com contratação via MEI.³¹ Estes, apesar de nominados “empresários”, poderão ser empregados disfarçados que contribuem para a previdência com percentual bastante inferior àquele atribuído aos formalmente empregados. Em decorrência desse aspecto da reforma, haverá redução das contribuições aportadas a esse fundo público. Conforme dados da ANFIP de 2014, 51% do financiamento da seguridade social advém da massa salarial. As novas formas de contrato estabelecidas pela reforma carregam elevado grau de precariedade, a exemplo dos temporários, intermitentes, parciais, terceirizados e pessoas jurídicas (PJs), com significativa queda na arrecadação. Além disso, por se tratar de contratos precários, haverá maior exposição a longos períodos de desemprego e retorno ao mercado de trabalho em condições mais desfavoráveis e com salários menores.

É nesse sentido que se afirma que a “reforma trabalhista” brasileira, tal como foi aprovada por lei infraconstitucional, apresenta conteúdo que regride aos patamares do Código Civil Brasileiro de 1916. Esse regresso fica claro, por exemplo, quando impõe aos juízes e aos Tribunais que se limitem a aplicar somente os “aspectos formais da manifestação de vontade, ainda que os instrumentos decorrentes da negociação coletiva violem os princípios do não retrocesso social e da estabilidade das relações sociais”.³² Ou seja, a reforma dirige-se à Justiça do Trabalho, cujas decisões, de forma majoritária, compreendem os sistemas da CLT e da Constituição de 1988 à luz de seus princípios, dando prevalência às negociações coletivas, desde que respeitado o patamar mínimo civilizatório conquistado. E assim fazendo, a reforma viola os fundamentos da República inscritos na Constituição de 1988 (artigo 1º, III e IV, e artigo 3º, I, III, IV), na contramão da caminhada redutora das desigualdades

30 Krein, Gimenez e Santos (2018, p. 275-302).

31 Em 2008, a Lei Complementar 128 criou no Brasil a figura do Microempreendedor Individual (MEI). Em 2011, a Lei Complementar 139/2011 alterou o limite de faturamento do MEI para até R\$ 60.000,00, modificando partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A alíquota de contribuição do MEI para o INSS é de apenas 5% do valor do salário mínimo nacional.

32 Teixeira et al. (2017).

sociais. Daí a necessidade de que essa lei seja interpretada e aplicada em consonância com os princípios constitucionais e convencionais que regem a matéria, tendo-se claro que o direito, nível do todo social, *não se interpreta em tiras*.³³

Por outro lado, quando se analisam as motivações econômicas da reforma, suas falácias são desnudadas, sobretudo, pelo desempenho da economia brasileira em período recente, quando houve crescimento econômico, elevação da renda do trabalho, formalização dos contratos e baixo desemprego, estando em vigor essa mesma tela de direitos responsabilizada pelo desemprego e pela insegurança. Na realidade, a reforma objetiva atingir a regulação e as instituições públicas, especificamente a Justiça do Trabalho, introduzindo impedimentos ao seu acesso. Por outro lado, a litigiosidade não decorre do detalhamento acentuado das obrigações trabalhistas, mas do descumprimento sistemático das normas de proteção ao trabalho. Esse incremento de demandas se dá *pari passu* ao aumento das despedidas e dos descumprimentos à legislação, em um país em que as multas aplicadas pelo sistema de fiscalização não desestimulam a lesão a direitos.

Como demonstram os dados do TST e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), grande parte das reclamações busca o pagamento de parcelas devidas nas despedidas, horas extras e reconhecimento do vínculo de emprego burlado. Portanto, a segurança jurídica almejada é a liberdade de descumprir a tela mínima de proteção ao trabalho, deixando o trabalhador em absoluta insegurança e instabilidade.

Dizem os defensores da reforma que a CLT e a Justiça do Trabalho são responsáveis pela litigiosidade crescente. Argumentam que o conteúdo da regulação e as decisões judiciais estimulam essa litigiosidade, produzindo insegurança. Daí as medidas que colocam obstáculos às reclamações, exigindo, por exemplo, pagamento de custas pelo reclamante quando o processo é arquivado por ausência injustificada à audiência, mesmo sendo beneficiário da Justiça Gratuita, o que viola o princípio da gratuidade ínsito ao processo do trabalho e dificulta a concretização da garantia constitucional de acesso ao Judiciário. Ainda, a reforma, ao introduzir ao processo do trabalho a sucumbência recíproca, como há no processo civil, cria obstáculo ao direito constitucional de amplo acesso do Judiciário por atribuir ônus ao trabalhador, que poderá ser condenado a pagar os honorários do advogado da outra parte em relação àqueles itens em que sua demanda não for acolhida.

Dados do CNJ e do TST evidenciam a falácia dos argumentos justificadores dessas medidas, como evidencia o livro *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*, já referido.³⁴ Quando se olha o número dos processos não solucionados,

33 Grau (2002).

34 Krein, Gimenez e Santos (2018, p. 209-242). É importante referir que de 2008 a 2013, o número de magistrados por habitante era crescente, subindo de 1,75 por 100 mil habitantes em 2008 para 2,04 em 2012. No entanto, a partir de 2013 começa a decrescer, baixando para 1,97; em 2014, para 1,95; em 2015, para 1,93; e em 2017, para 1,92 por mil habitantes, deixando claro o paulatino desaparecimento e a sobrecarga da instituição. Enquanto isso, o número de processos aumentou. Em 2016, eram 79,7 milhões de processos aguardando solução definitiva. Destes, 13,1 milhões, ou seja, 16,4%, estavam suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando alguma situação jurídica futura. Durante o ano de 2016, ingressaram

os dados mostram que a Justiça Estadual é responsável por 79,2% dos processos pendentes; a Federal, por 12,6%, a Trabalhista, por 6,8%. A série histórica dos processos novos demonstra aumento em quase todos os segmentos, à exceção dos Tribunais Superiores e da Justiça Militar Estadual, evidenciando que, no período como um todo, o crescimento da demanda foi de 19,2%, apesar das reduções pontuais em 2010 e 2015. Em apenas um ano, entre 2015 e 2016, o número de decisões cresceu 11,4%, enquanto o crescimento acumulado dos seis anos anteriores foi de 16,6%. Tal incremento chegou a 30,8 milhões de casos julgados em 2016.

Em relação aos processos novos ajuizados, o relatório testemunha que o maior número de processos ajuizados de longe está na Justiça do Trabalho. A Justiça Estadual foi responsável por 68,1% das novas ações em 2016, enquanto a Justiça do Trabalho recebeu 13,3% dos novos processos, seguida da Justiça Federal, que recebeu no período o correspondente a 12,9% dos novos processos ajuizados. Ou seja, o invocado excesso de judicialização em relação à Justiça do Trabalho, quando comparado com os demais ramos do Judiciário, não se sustenta. Já os dados gerais dos ajuizamentos na Justiça do Trabalho mostram que estes têm crescido sistematicamente desde 1988 até 2016, com exceção de 2010, em que o percentual foi negativo e que, depois de certa estabilização, voltou a crescer no ano de 2015.

Mas o que é relevante para a discussão aqui travada é o exame do conteúdo das ações judiciais. Segundo dados do CNJ, mais de 60% dos temas encaminhados à Justiça do Trabalho referem-se às parcelas decorrentes das despedidas, “Rescisão do Contrato de Trabalho”, seguido da “Remuneração e Verbas Indenizatórias” em 19,3%. A soma dessas principais demandas chega a 80,0% do total, evidenciando, dessa forma, que a maioria absoluta das ações na Justiça do Trabalho está vinculada à instabilidade da permanência no emprego em um país onde não há reais garantias de emprego e ao não pagamento dos direitos básicos decorrentes do contrato de emprego, como salários e parcelas devidas nas despedidas, as chamadas parcelas rescisórias.

Grande parte das demandas decorre do descumprimento reiterado da tela de proteção trabalhista por parte dos empregadores, em uma sociedade em que os limites ao despedimento são tênues e em que o sistema de multas por descumprimento necessita ser revisto para que tenha mais eficácia a ação preventiva do sistema de fiscalização. Ao invés disso, a reforma fragiliza a regulação pública, atingindo o próprio sistema de fiscalização e a Justiça do Trabalho, cuja finalidade primeira é a de concretizar um direito profundamente social e que nasceu na contramão do primado da “autonomia das vontades”.

29,4 milhões de processos e foram baixados 29,4 milhões. Um crescimento em relação ao ano anterior na ordem de 5,6% e 2,7%, respectivamente. Mesmo tendo baixado praticamente o mesmo quantitativo ingressado, com Índice de Atendimento à Demanda na ordem de 100,3%, o estoque de processos cresceu em 2,7 milhões, ou seja, 3,6%, chegando ao final de 2016 a 79,7 milhões aguardando alguma solução definitiva. Fonte: <<http://www.tst.jus.br/documents/18640430/06db633a-a9bd-3e4f-de15-5299c54c7219>>. Veja também o relatório “Justiça em Números 2017”, CNJ, disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf>>.

Tabela 1 Principais temas encaminhados para a Justiça do Trabalho em 2016.

Tema discutido	Número de processos com o tema	%
Rescisão do contrato de trabalho	18.341.347	60,75
Remuneração e verbas indenizatórias	5.824.952	19,29
Responsabilidade civil do empregador	2.583.404	8,56
Férias	1.538.079	5,09
Responsabilidade solidária/subsidiária	765.489	2,54
Categoria profissional especial	280.786	0,93
Outras relações de trabalho	256.674	0,85
Acordo e convenções coletivas	247.340	0,82
Direito sindical e questões análogas	211.832	0,7
Prescrição	66.664	0,22
Sentença normativa	38.043	0,13
Aposentadoria e pensão	28.750	0,1
Direito de greve/lockout	7.203	0,02
Total	30.190.563	100

Fonte: Relatório Justiça e Números, CNJ (www.cnj.jus.br).

Na Argentina, houve reformas liberalizantes introduzidas nos anos 1990 cujos impactos negativos são destacados no aumento da pobreza, da indigência e do desemprego.³⁵ Em 2015, o Congresso aprovou lei visando a colocar freios às despedidas, onerando-as, tendo sido, no entanto, vetada pelo Presidente Macri. Este, em 2017, estimulado pela aprovação da reforma trabalhista brasileira e a ela se referindo como paradigma, apresentou ao Parlamento amplo projeto de reforma trabalhista, que, devido à expressiva resistência das organizações sindicais e de setores da sociedade – resistência esta que se intensificou, sobretudo, a partir de dezembro de 2017 –, teve sua tramitação suspensa. Apesar dessa suspensão, recentemente o governo decidiu retomar o tema por meio de três projetos separados encaminhados ao Parlamento, que são expressões das medidas de ajuste em andamento. As três propostas tramitam separadamente, e acompanhar essa tramitação é importante.

Quanto ao projeto original, cuja tramitação foi suspensa, a reforma argentina também veio acompanhada por intenso debate em torno da excessiva judicialização dos conflitos, tal como aconteceu no Brasil. Nos estudos desenvolvidos no âmbito do CESIT, que fundamentam este capítulo, procurou-se ver as estatísticas sobre a judicialização na Argentina. Porém, distintamente do que ocorre no Brasil, as estatísticas nacionais argentinas sobre litigiosidade são limitadas às ações que discutem acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Sendo o modelo judicial descentralizado, não há estatísticas nacionais do sistema de litígios do trabalho. Algumas

35 Salvia et al. (2000).

províncias produzem seus dados, porém com métodos distintos e inviáveis de serem avaliados com rigor. Grande parte das estatísticas é elaborada por Seguradoras de Riscos do trabalho, do setor privado, dificultando as comparações com os dados brasileiros do CNJ e do TST.³⁶

Quanto às suas linhas estruturantes, as reformas brasileira e argentina apresentam aspectos precarizantes, tais como: exclusão da parte variável da natureza salarial; rebaixamento das condições de trabalho mediante acordo individual; alteração das condições de trabalho unilateralmente pelo empregador; retirada dos freios à terceirização, eliminando a responsabilidade solidária que a legislação argentina contempla; contrato de trabalho “autônomo” economicamente vinculado e trabalho “autônomo” independente com colaboradores; redução das indenizações por despedida;³⁷ contratos em tempo parcial; mitigação dos riscos (anistia) pelo contrato sem registro ou com registro de forma inadequada. O projeto reduz o prazo de prescrição de dois anos para um ano (no caso da reforma brasileira, a lei aprovada introduz a prescrição intercorrente, aceita apenas por minoritária jurisprudência trabalhista).³⁸ Distintamente da brasileira, a proposta argentina traz alguns benefícios, como ampliação ao pai da licença pelo nascimento de filho (de dois para 15 dias), redução da jornada por acordo para cuidar de menores,³⁹ licença para adoção e tratamentos de reprodução assistida, além de políticas de capacitação e formação profissional.

Como já referido, essa proposta de reforma, fortemente resistida pela sociedade argentina e que, em decorrência, teve seu andamento suspenso, foi retomada pelo governo, que, para facilitar sua aprovação, apresentou ao Parlamento três projetos separados, ainda em tramitação, tratando dos seguintes aspectos:

- i) Regularização do emprego sem registro (informal), já denunciado quando de sua apresentação em 2017 pelo seu caráter regressivo e flexibilizador ao permitir que o trabalhador renuncie direitos adquiridos. Na Argentina, o trabalho sem registro responde por aproximadamente 33,7%. Como estímulo à formalização, é oferecida aos empregadores

36 Veja a respeito Krein, Gimenez e Santos (2018, p. 209-242). Mas mesmo com tal limite, os dados obtidos mostram, entre 2010 e 2015, que as ações ajuizadas por tipo de adoecimento envolvendo acidentes de trabalho, doença profissional, acidentes no trajeto do trabalho (*in itinere*) e fora do local de trabalho foram as que mais cresceram.

37 O projeto original da reforma argentina apresentou uma novidade em relação à brasileira: é prevista a constituição de fundo para pagamento das parcelas devidas quando das despedidas.

38 Quando o titular do direito não exerce sua pretensão no prazo prescriptivo previsto em lei, poderá o devedor (no caso, o empregador reclamado) invocar o decurso do prazo prescriptivo. A prescrição é uma exceção de direito material oponível pelo devedor como matéria de defesa. Em tese, não pode ser aplicada de ofício pelo juiz. Até porque sendo matéria de defesa está ao alcance do devedor acionado, que poderá invocá-la ou não. O ajuizamento de uma ação trabalhista interrompe a prescrição. Às execuções trabalhistas, momento em que ao credor reconhecido é alcançado o quantum devido, por serem, em regra, movidas de ofício pelo juiz, não se aplica a prescrição pela demora no seu curso, mesmo porque ajuizamento da ação interrompe seu fluxo. A reforma introduz a prescrição intercorrente.

39 O que pode ser uma armadilha para as mulheres, que, na ausência de políticas públicas, são incentivadas a ficar em casa nas tarefas de cuidados.

- anistia pelas dívidas de contribuições previdenciárias, multas, infrações e extinção de ações penais;
- ii) Alterações na lei do contrato de trabalho, com redução das indenizações por despedida, renúncia a direitos adquiridos e acordos individuais que modificam condições de trabalho; o projeto permite a “livre”-negociação entre as partes, podendo suprimir ou modificar de forma regressiva direitos via acordos individuais, violando o princípio da irrenunciabilidade dos direitos decorrentes de normas de ordem pública; e
 - iii) Capacitação laboral contínua, sistema de práticas formativas, emprego juvenil, rede federal de serviços de emprego e seguro-desemprego ampliado, prevendo a criação de um documento de identidade ocupacional, “Perfil Digital de Identidad Ocupacional”. Trata-se de ferramenta vista com grande preocupação pelos trabalhadores, na medida em que a realidade do mercado de trabalho é marcada por práticas discriminatórias e o acesso a dados de privacidade para avaliar se as pessoas estão adequadas ao posto de trabalho sugere uma seleção prévia dos indivíduos que se enquadram em determinados estereótipos, com consequências danosas especialmente para mulheres e imigrantes.⁴⁰

Analisar a estratégia dos atores sociais diante deste cenário é de suma relevância quando se pensa a construção de uma sociedade menos desigual e mais justa.

AS ESTRATÉGIAS DOS ATORES SOCIAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA

No Brasil, as instituições de regulação pública do trabalho, como a Justiça do Trabalho, o Ministério Público e as centrais sindicais, enfrentam fortes ataques com o intuito de fragilizá-las e impor novos padrões de relações do trabalho, com a prevalência do negociado sobre o legislado. Na Argentina, expressiva aliança entre as centrais sindicais, as instituições do direito do trabalho e o movimento social conseguiu frear o avanço no legislativo da proposta originalmente encaminhada pelo governo. No entanto, em mais uma tentativa de impor reformas precarizantes, a proposta foi fatiada e, em abril de 2018, o governo Macri encaminhou três projetos de lei que estão em andamento, visando a neutralizar a resistência organizada à proposta original.

No Brasil, entre as diferentes estratégias adotadas para revogar a Lei 13.467/17, temos as iniciativas, já em 2017, de parte das centrais sindicais de:

40 Asociación de Abogados y Abogadas Laboristas (2018).

propor plebiscito revogatório, autorizado pela Constituição de 1988; formar comissão no âmbito das instituições públicas do trabalho, conduzida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, com o objetivo de construir novo estatuto do trabalho como antídoto à Lei 13.467/17 (a versão preliminar do Estatuto foi lançada oficialmente no Senado Federal em 10 de maio de 2018); integrar os fóruns que defendem a tela pública de proteção ao trabalho e se colocam contra o esvaziamento dos direitos fundamentais assegurados na Constituição de 1988. Um deles, o Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), integrado por entidades do mundo jurídico, de representação da magistratura, do sistema de fiscalização e do meio sindical, como é o caso do Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, tem como secretaria executiva a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Essas entidades e o Fórum, que se notabilizaram na luta contra a terceirização, têm-se expressado publicamente contra a reforma trabalhista por meio de notas técnicas, resoluções ou por decisões de suas respectivas instâncias de atuação, como se depreende da nota a seguir da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA), uma das integrantes do Fórum:

(...)

Lei n. 13.467/2017, relativa à reforma trabalhista, não pode ser aplicada aos processos ajuizados antes de 11 de novembro de 2017. A reforma deve ser aplicada de acordo com a Constituição Federal, e as convenções, os tratados internacionais e os juízes do Trabalho, em suas decisões, não podem ser tolhidos na sua livre-convicção motivada. Essas e outras diversas questões foram decididas na Plenária que encerrou, neste sábado (5/5), o 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.⁴¹

A reação contrária à reforma trabalhista foi imediata. No dia seguinte à apresentação à Câmara dos Deputados, em 24 de dezembro de 2016, um conjunto de entidades lançou a nota “Quando o saco de maldades vira presente de natal”, cujos extratos abaixo demonstram uma forte oposição às medidas então em discussão:

(...)

A reforma trabalhista inconstitucional proposta pelo governo Temer insere-se em um amplo pacote de maldades que atropela os direitos sociais, incluídos os do trabalho,

41 ANAMATRA (2018).

evidenciando um modelo de Estado e de sociedade que já se comprovou nefasto em outros países, com políticas de austeridade propaladas como sendo a via única para recuperar a economia e equilibrar as contas públicas cujos resultados, porém, têm sido catastróficos em outros experimentos internacionais, não resultando em crescimento e em equilíbrio fiscal.⁴² Nesse pacote, além da já aprovada PEC 55 (que congela o gasto público por vinte anos, mas, por outro lado, permite a transferência de valores e riqueza aos rentistas do Tesouro), estão a Reforma da Previdência, penalizando os mais necessitados, e a Reforma Trabalhista que se expressa em projetos de lei em andamento (PLC 30/2015 que amplia a terceirização para quaisquer atividades, PEC 300/2016, entre outros) e nas recentes medidas anunciadas como “presente de natal” que, fundadas na tese da prevalência do negociado sobre o legislado, rompem com o princípio da hierarquia dinâmica das fontes (que autoriza seja aplicada a norma mais benéfica ao trabalhador), aliás, uma das expressões do princípio da proteção, razão de ser do Direito do Trabalho. (publicada em 24 de dezembro de 2016)⁴³

Esses movimentos evidenciam que as reformas, embora contando com amplo apoio do legislativo para aprovação, não encontram respaldo na sociedade e tampouco junto à maioria dos Ministros do TST, que se posicionou, no Senado Federal, contrariamente à reforma. As entidades sindicais, por seu turno, têm buscado colocar travas à reforma via introdução de cláusulas nos instrumentos normativos (normas coletivas) que assegurem a preservação de direitos. As iniciativas no âmbito das instituições do direito do trabalho e das centrais sindicais sinalizam para longo processo de resistência e de luta contra a retirada de direitos e a precarização.

As centrais, ainda que com suas contradições e dificuldades, desde o primeiro momento mobilizaram-se para enfrentar a reforma. O ápice desse processo se deu com a organização de greve geral em 28 de abril de 2017 contra as reformas trabalhista e previdenciária. No dia 27 de abril, a Câmara aprovou o projeto da reforma trabalhista que seguiu para o Senado. O debate no Senado foi marcado por controvérsias, ações organizadas, memoriais, textos, audiências públicas. De um lado, era forte a pressão dos setores econômicos e financeiros no sentido da

42 Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>>.

43 Trata-se de nota publicada por entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, Fórum que congrega todas as centrais sindicais, representantes de entidades de magistrados, procuradores, advogados, acadêmicos, pesquisadores, estudantes, movimentos sociais e sindicalistas e que hoje integra a coordenação do FIDS.

aprovação da proposta tal como veio da Câmara dos Deputados, para que não retornasse à Câmara caso houvesse alguma modificação. De outro, parte expressiva de representantes do mundo do trabalho e de algumas centrais, compreendendo a insustentabilidade da proposta em seus pressupostos, defendia a rejeição integral do projeto. Enquanto isso, parte das centrais negociava a retirada de alguns aspectos que consideravam mais nefastos aos interesses dos trabalhadores e das entidades sindicais, como é o caso do fim do imposto sindical e a permissão para as mulheres gestantes ou em amamentação trabalharem em local insalubre.

A rapidez na tramitação, a força dos interesses econômicos e da mídia, a não compreensão, desde logo, pelos destinatários da proposta de sua real perversidade e a divisão de estratégias entre as centrais talvez tenham sido elementos que dificultaram apoio massivo da sociedade no sentido da rejeição da proposta. Mesmo assim, as opiniões contrárias ao projeto incomodaram os “donos do poder”, tanto que a reação do aparelho repressivo do Estado contra os manifestantes foi violenta. Apesar de tudo isso e conquanto número expressivo e majoritário de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho tenham ido ao Senado para, via documento escrito, manifestar o caráter regressivo da proposta e, ainda, mesmo que o próprio relator tenha destacado pontos negativos que seriam objeto de veto do Presidente da República, o projeto foi aprovado na íntegra no dia 11 de julho sem que o prometido veto, alardeado pelo relator e por senadores da base do governo, se tenha concretizado. Nesse processo, o Senado abriu mão de seu poder revisional e, mesmo reconhecendo haver pontos com os quais não concordavam e que deveriam ser vetados, aprovou o projeto sem alterações, com os votos contrários da oposição.

Os vetos não vieram. Entre a aprovação e a entrada em vigência da reforma, designada para novembro de 2017, circularam várias propostas de Medida Provisória com o intuito de corrigir aspectos considerados polêmicos da reforma, em especial quanto à fonte de custeio dos sindicatos e à participação dos sindicatos na assistência às despedidas de empregados com mais de um ano de contrato que a reforma suprimiu, todas sem êxito. A prometida Medida Provisória, 808/17, encaminhada pelo governo ao Parlamento em novembro de 2017, não foi apreciada pela Câmara dos Deputados, perdendo validade em 24 de abril de 2018, apesar de ter recebido mais de 900 emendas. Em vigor a reforma, inclusive com inclusão dos contratos intermitentes e dos avulsos de forma continuada (em total desrespeito aos princípios que fundamentam o direito do trabalho), as inseguranças e as desigualdades foram ampliadas.⁴⁴ As contratações por meio de contratos intermitentes iniciaram-se e, desde novembro de 2017, vêm se intensificando a cada mês, com saldo em maio de 2018 de 20.213 postos de trabalho. Não há dados sobre o número de horas trabalhadas, o que significa que muitos desses contratos

44 Veja matéria publicada no *Brasil Debate* e no jornal *Valor Econômico*: “Reforma Trabalhista aumentou a desigualdade”, veiculando o trabalho de Bárbara Vallejos Vazquez, Euzebio Jorge Silveira de Sousa e Ana Luíza Matos de Oliveira, disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5617411/reforma-trabalhista-aumentou-desigualdade-dizem-pesquisadores>>.

mascaram condição de subutilização da força de trabalho por trabalhar menos de 40 horas e manifestar vontade de trabalhar mais. Por outro lado, as ocupações com predominância desse tipo de contrato são os vigilantes, atendentes de lojas e mercados, embaladores, mecânico de manutenção, recepcionista, assistente de vendas, repositor de mercadorias, serventes e vendedores do comércio varejista, ocupações que se caracterizam pela presença de baixa remuneração. Em maio de 2018, os desligamentos por “acordo mútuo” já somavam 67.474. Já o desemprego continua alarmante. E a judicialização, que inicialmente, segundo dados do TST, sofreu forte redução, voltou a crescer sem que, ainda, se possa concluir por uma curva de tendência, dada a proximidade da vigência da lei da reforma.⁴⁵

No campo da negociação coletiva, conforme dados do Mediador/Ministério do Trabalho, sistematizados para o período entre janeiro e abril de 2018 pelo DIEESE (2018), destaca-se a presença de 112 instrumentos coletivos envolvendo a negociação de 223 tipos de cláusulas específicas sobre os temas da reforma trabalhista. Ainda que sejam dados preliminares, uma vez que refletem a realidade das categorias em campanha salarial neste primeiro semestre, eles permitem consolidar um primeiro balanço das principais medidas que estão sendo implementadas pelas empresas. Destacam-se entre elas as que se dirigem às condições de trabalho, tais como: jornada, intervalo intrajornada, parcelamento de férias, banco de horas, ultratividade,⁴⁶ homologação, contrato de trabalho, contribuição assistencial, salários e remuneração com prevalência de cláusulas que tratam das novas modalidades de contratação, especialmente no setor de serviços e cláusulas sobre jornada de trabalho com predominância no setor industrial. Do total das 223 cláusulas, 48% apenas reiteram o que já está previsto na Lei 13.467/17.

Em junho de 2018, as centrais sindicais⁴⁷ organizaram ato político e lançaram a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora. O documento contém 22 pontos, e o que chama atenção é o tratamento em relação à reforma trabalhista. Da leitura desse documento vê-se não haver entendimento unânime de que a legislação como um todo seja revogada, havendo referência à retirada de todos os aspectos negativos que precarizam as condições de trabalho, como segue:

(...)

Revogar todos os aspectos negativos apontados pelos trabalhadores da Lei 13.467 (Reforma Trabalhista) e da

45 Veja, a respeito: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/Apos-reforma-numero-de-novos-processos-trabalhistas-caiu-pela-metade>>.

46 As normas coletivas, negociadas entre sindicatos representativos de categorias profissionais e econômicas, asseguram direitos e condições de trabalho aos integrantes da categoria em um período de vigência. Pelo princípio da ultratividade, mesmo depois desse período, enquanto não negociadas novas condições, vigem as normas coletivas expiradas. Essa é a inteligência da Súmula 277 do TST.

47 Participaram da elaboração CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NSCT, Intersindical e CSB.

Lei 13.429 (Terceirização), que precarizam os contratos e condições de trabalho, na perspectiva da construção de um novo estatuto, com valorização do trabalho” (Item 6 da plataforma).⁴⁸

A ausência de entendimento único sobre a melhor estratégia para enfrentar a reforma trabalhista e o fato de algumas centrais assinalarem a existência de aspectos positivos revelam os imensos desafios a serem enfrentados nesse próximo período. Por outro lado, o fim do imposto sindical coloca em dúvida a própria existência de parte dos sindicatos no Brasil por não terem condições de sobreviver sem essa fonte de custeio.

Já a experiência argentina tem demonstrado grande sintonia entre o combate às reformas laborais – agora sintetizadas nos três projetos enviados ao Senado – e a luta mais geral contra as políticas de austeridade econômica que se inserem no projeto ultraliberal de Macri, na medida em que as jornadas de luta contra as medidas econômicas ganham as ruas e se fortalece o combate às reformas laborais no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma trabalhista, distintamente das promessas de seus defensores, na realidade privilegia a regulação privada das relações de trabalho, ampliando o poder de os empregadores definirem as regras que regem a compra da força de trabalho, atingindo radicalmente o sistema público de regulação, fragilizando o papel das instituições públicas do trabalho e das organizações sindicais, ampliando as inseguranças no mundo do trabalho. Colocando os trabalhadores em situação de maior fragilidade diante do capital, ficam reduzidos a um contingente de baixa remuneração, jornadas flexíveis, remuneração instável e com direitos suprimidos. Além disso, limita o poder de atuação da Justiça do Trabalho, reduzindo sua capacidade de colocar limites à ação predatória do capital, e pulveriza a ação sindical com multiplicidade de instrumentos normativos que, no limite, poderão ser ajustados por empresa.

Em cenário de profunda crise, a avalanche neoliberal que chegara à América Latina na década de 1990 à qual os movimentos sociais, com notórias dificuldades, conseguiram resistir, inviabilizando muitas de suas políticas, voltou a produzir efeitos com força a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e da posse do Macri na Argentina. Reformas estruturais propostas pelos setores econômicos e financeiros foram encaminhadas ao Parlamento nos dois países sob os mesmos argumentos: melhorar a competitividade com os setores externos, gerar empregos,

⁴⁸ A íntegra do documento está disponível em: <https://www.diap.org.br/images/stories/agenda_prioritaria_classe_trabalhadora_2018.pdf>.

promover a retomada da atividade econômica e recuperar os investimentos produtivos. Daí se compreender essas reformas trabalhistas de forma sistêmica, englobando, além das leis específicas que as introduzem, um conjunto de políticas estruturais que tendem a impactar negativamente as instituições do Estado indutoras do crescimento econômico e produtoras das políticas sociais⁴⁹ e a afetar as condições de vida, sobretudo, das populações mais pobres e mais sujeitas à discriminação e à segregação no mercado de trabalho.

Mas se essa força destrutiva é, por um lado, dura realidade – as pressões sociais evidenciam a continuidade de um cenário de tensão e de disputa entre projetos distintos de sociedade e de Estado –, por outro, as experiências demonstram a capacidade de resistência e de luta dos setores organizados da sociedade, assumindo, a política, papel relevante. E em meio à ação persistente de forças sociais e de sindicatos, afloram novas experiências de organizações populares, como as das mulheres, da juventude, que, juntamente com setores e instituições progressistas da sociedade, protagonizam formas de resistência ao retrocesso social.

REFERÊNCIAS

ASOCIACIÓN DE ABOGADOS Y ABOGADAS LABORISTAS. Reforma laboral. Documento crítico sobre los proyectos de ley presentados por el Poder Ejecutivo Nacional. *Laboristas.net*, maio 2018.

BELLUZZO, L. G. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: UNESP, 2013.

BIAVASCHI, M. B. As reformas estruturantes em um país em que jagunços ainda têm vez: a Reforma Trabalhista que não cria empregos e suprime direitos. In: TEIXEIRA, M. O. *et al.* (org.). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: UNICAMP/CESIT, 2017.

BIAVASCHI, M. B.; BALTAR, P. E. A. *A terceirização e a Justiça do Trabalho*. Campinas: FAPESP, 2009. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/textos>. Acesso em: 9 jun. 2018.

BIAVASCHI, M. B.; BALTAR, P. E. *A terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais*. Campinas: FAPESP, 2010. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/textos>. Acesso em: 9 jun. 2018.

BIAVASCHI, M. B.; BALTAR, P. E. *A terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais*. Campinas: FAPESP, 2012. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/textos>. Acesso em: 9 jun. 2018.

49 Rossi e Mello ([2017] 2018).

BIAVASCHI, M. B.; DROPPA, A. A história da súmula 331 do tribunal superior do trabalho: a alteração na forma de compreender a terceirização. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, 2011.

BIAVASCHI, M. B.; SANTOS, A. L.; DROPPA, A. A dinâmica da regulamentação da terceirização no Brasil: as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, os projetos de lei e as decisões do Supremo Tribunal Federal. *Revista Política e Trabalho*, v. 41, p. 121-145, 2014.

DIEESE. *Impacto da reforma trabalhista nas cláusulas sociais negociadas*. Subseção do DIEESE do Sindicato dos Químicos de São Paulo. São Paulo, 2018.

GRAU, E. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. São Paulo: Malheiros, 2002.

KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2018.

LIPIETZ, A. La flexibilidad laboral. Entrevista realizada por Ana Dinerstein y Silvio Santantonio. *Revista Doxa*, 1541, p. 29-31, 1994.

PIASNA, A.; MYANT, M. *Myths of employment deregulation: how it neither creates jobs nor reduces labour market segmentation*. Bruxelas: ETUI, 2017.

PIKETTY, T. *Capital in the twenty-first century*. Tradução: Arthur Goldhammer. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

ROMERO, L. Q.; ACEVEDO, B. E. G. La reforma laboral en México y sus efectos económicos. *Revista do TST*, São Paulo: Lex Editora, v. 83, n. 3, jul./set. 2017.

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. *Nota do CECON*, Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – IE/UNICAMP, n. 1, abr. 2017. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em: 2 maio 2018.

SALAS, C. Labour, income and social programmes in contemporary Mexico. In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNP). *Social protection, growth and employment: evidence from India, Kenya, Malawi, Mexico, Peru and Tajikistan*. Nova York: UNDP, 2013. p. 201-230.

SALVIA, A.; TISSERA, S.; BUSTOS, J. M.; SCARROTTA, F.; PERSIA, J.; GALLO, G. H.; CILLYS, N.; ALLEGRONE, V. G. *Reformas laborales y precarización del trabajo asalariado (Argentina 1990-2000)*. Equipo Cambio Estructural y Desigualdad Social. Cuadernos del CEPED, Buenos Aires, n. 4, 2000.

TEIXEIRA, M. O. et al. *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 2017.

TOMADA, C. et al. *Análisis de la reforma laboral*. Argentina. 18 nov. 2017. Mimeografado.

Sites

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (ANAMATRA). Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26463-plenaria-conamat>. Acesso em: maio 2018.

CARTA CAPITAL. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/Apos-reforma-numero-de-novos-processos-trabalhistas-caiu-pela-metade>. Acesso em: 9 jun. 2018.

CENTRAL DE TRABAJADORES DE LA ARGENTINA (CTA). Disponível em: http://www.cta.org.ar/IMG/mp3/conferencia_prensa_cta_25_junio.mp3. Acesso em: 25 jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em: 25 jun. 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Disponível em: https://www.diap.org.br/images/stories/agenda_prioritaria_classe_trabalhadora_2018.pdf; <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28178-centrais-sindicais-tem-propostas-para-os-presidenciaveis>. Acesso em: 26 jun. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST). Disponível em: www.tst.jus.br. Acesso em: 25 jun. 2018.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5617411/reforma-trabalhista-aumentou-desigualdade-dizem-pesquisadores>. Acesso em: 26 jun. 2018.